



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

ÓRGÃO:

Prefeitura Municipal de Tarauacá

SETOR DEMANDANTE/REQUISITANTE:

Secretaria Municipal de Planejamento / Setor de Engenharia
Secretaria Municipal de Educação

RESPONSÁVEIS PELA DEMANDA

Ana Caroline Porcel Ribeiro Maia
Assessora Técnica em Engenharia
Portaria nº 202/2025

E-mail: planejamentotarauaca@gmail.com

Carlos Gomes de Sousa
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº 010/2025

E-mail: semeactk@hotmail.com

Abimael Caxias de Almeida
Sec. Executivo de Coord. Geral - SEME
Portaria nº 523/2025

E-mail: semeactk@hotmail.com


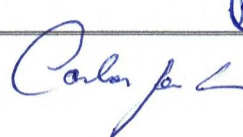
1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública. A Contratação atenderá os preceitos e recomendações contidos na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

Número do Convênio/Contrato de Repasse/Termo de Compromisso:

Termo de Compromisso nº 31486/2014, celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e a Prefeitura de Tarauacá, no âmbito do programa de repactuação de obras paralisadas.

1.1 Nome do Projeto: Execução dos Serviços Remanescentes para Conclusão da Escola Padrão FNDE – 04 salas, localizada no Alto Rio Tarauacá, Comunidade Pacujá, no Município de Tarauacá/AC, em atendimento ao Termo de Compromisso nº 31486/2014, celebrado entre



o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e a Prefeitura de Tarauacá, no âmbito do programa de repactuação de obras paralisadas.

Localização da Obra: localizada no Alto Rio Tarauacá, Comunidade Pacujá, no Município de Tarauacá/AC.



IMAGEM 01: Localização da Escola / Comunidade Pacujá

COORDENADAS

Latit.: -8.276028

Long.: -71.089843



1.2 - O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem como objetivo avaliar alternativas de contratação pública para o objeto a ser licitado, oriundo do Termo de Compromisso nº 31486/2014, celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e a Prefeitura de Tarauacá, no âmbito do programa de repactuação de obras paralisadas, é de relevante notabilidade quando se pondera o impacto positivo em beneficiar diretamente o Município, sobretudo a população rural da comunidade, do referido município, servindo como base para a elaboração do Termo de Referência, de acordo com o artigo 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Comp L *[Signature]*



1.3 - A contratação destina-se a execução dos serviços remanescentes para conclusão da obra, com elementos que foram definidos, e que previram todos os serviços preliminares e demais.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE - (ART. 18, § 1º, I DA LEI N. 14.133/21)

2.1 - A obra em questão encontra-se paralisada, necessitando de conclusão para que possa cumprir sua função de atender a comunidade escolar da região ribeirinha, promovendo acesso à educação básica em condições adequadas de infraestrutura. A retomada da construção é prioritária, visando evitar a perda de recursos federais, a deterioração do que já foi executado e assegurar a entrega de um equipamento público essencial.

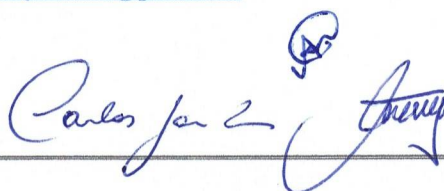
2.2 - A inexistência de empresa contratada impossibilita a finalização da obra, prejudicando diretamente alunos, professores e a população local, além de comprometer metas estabelecidas em políticas públicas de educação e infraestrutura.

2.3 - Do mais, a presente contratação de empresa de engenharia visa à execução dos serviços remanescentes para a conclusão da Escola Padrão FNDE - 04 salas, localizada no Alto Rio Tarauacá, Comunidade Pacujá, no Município de Tarauacá/AC, em atendimento ao Termo de Compromisso nº 31486/2014, celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e a Prefeitura de Tarauacá, no âmbito do programa de repactuação de obras paralisadas.

2.4 - A obra em questão se encontra com sua execução interrompida, restando ainda etapas fundamentais para sua conclusão e posterior funcionamento regular. A paralisação da construção compromete o atendimento à demanda educacional da comunidade local, que carece de infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades escolares. A Escola Padrão FNDE - 04 salas têm como finalidade atender estudantes da zona rural, oferecendo espaço apropriado, seguro e com condições mínimas de ensino-aprendizagem, conforme os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Educação.

2.5 - A execução dos serviços remanescentes contempla ações como finalização da cobertura, instalação elétrica e hidráulica, revestimentos, pintura, instalação de esquadrias, serviços externos e de acessibilidade, entre outros itens técnicos previstos no projeto padrão do FNDE. A contratação de empresa especializada é indispensável, dada a complexidade técnica das intervenções necessárias e o atendimento aos padrões de qualidade exigidos pelo FNDE.

2.6 - Ressalte-se que a continuidade e a conclusão dessa obra são fundamentais para a efetivação do direito à educação básica, universal e de qualidade, principalmente em regiões de difícil acesso, como a Comunidade Pacujá, no Alto Rio Tarauacá. Além disso, a repactuação do Termo





de Compromisso 31486/2014 reflete o compromisso da gestão municipal em dar resposta às demandas da população, evitar desperdício de recursos públicos já investidos e assegurar a correta aplicação dos recursos federais.

2.7 - Diante do exposto, evidencia-se a necessidade da contratação de empresa de engenharia para assegurar a retomada e a finalização da obra, permitindo que o equipamento público entre em funcionamento e cumpra sua função social, contribuindo significativamente para o desenvolvimento educacional e social da comunidade atendida.

2.8 - Entretanto, faz-se necessário para instrução de procedimento licitatório em atendimento ao Termo de Compromisso de nº 31486/2014 para à execução dos serviços remanescentes para a conclusão da Escola Padrão FNDE – 04 salas, localizada no Alto Rio Tarauacá, Comunidade Pacujá, no Município de Tarauacá/AC, celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e a Prefeitura de Tarauacá, no âmbito do programa de repactuação de obras paralisadas.

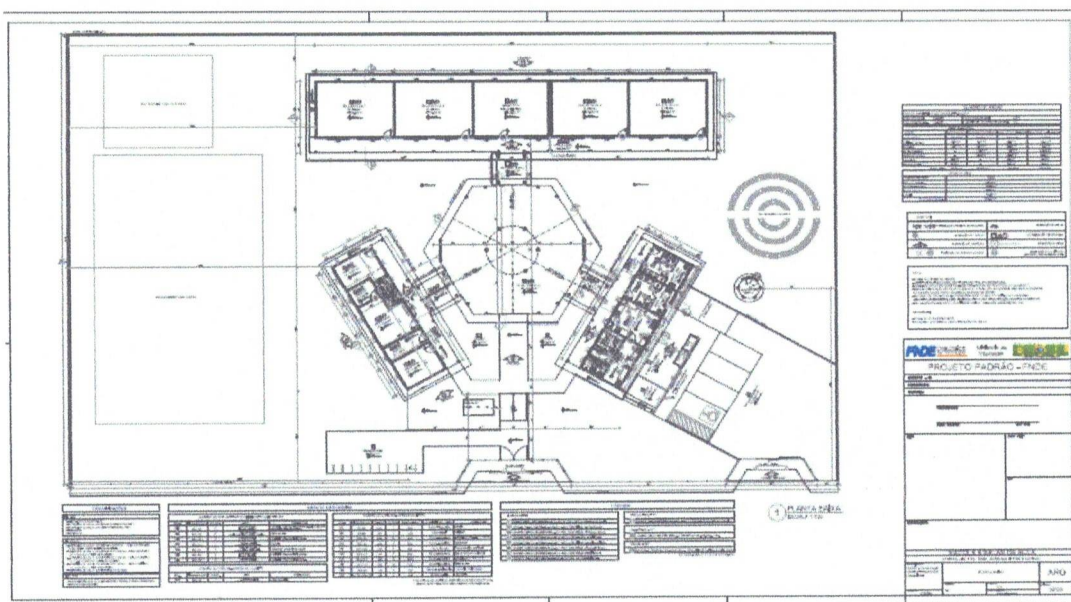


IMAGEM 02 – Proj. de Arquitetura

2.9 - O referido projeto é oriundo da celebração entre a Prefeitura de Tarauacá junto ao Ministério da Educação.

Carla F. Z. Jesus



3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - (ART. 18, § 1º, II DA LEI 14.133/2021).

3.1 – Esclarece-se, que o município de Tarauacá, até o presente momento, não possui um Plano Anual de Contratações formalmente elaborado, conforme exige o Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

3.2 – Tal obra está prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Quadro Demonstrativo de Despesa / QDD da Secretaria Municipal de Educação. Esse alinhamento atesta o compromisso da Administração Pública com o planejamento estratégico estabelecido para o exercício financeiro de 2025/2026. A adequação com as diretrizes do Plano de Contratações Anual ressalta a transparência e a responsabilidade com que o processo de contratação é conduzido, em consonância com os objetivos e metas estabelecidos pela entidade para o período em questão, demonstrando planejamento e alinhamento com as disposições legais e administrativas vigentes.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - (ART. 18, § 1º, III DA LEI 14.133/2021).

4.1 - Todos os serviços necessários para a execução da obra deverão ser executados conforme o prescrito nos projetos fornecidos, nas normas vigentes sobre cada assunto e nas orientações dos fabricantes dos materiais empregados na obra;

4.2 - Para a presente contratação foi elaborado projeto básico com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

4.3 - A metodologia executiva a ser adotada, deve estar de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;

4.4 - O orçamento, e o prazo de execução da obra, detalha os marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;

4.5 - A empresa contratada deve atender os normativos:

- a) Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;



- c) Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- d) Lei Federal nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- e) Lei Federal nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
- f) RESOLUÇÃO CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- g) Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de atestado de capacidade técnico-profissional;
- h) Apresentação, por parte da contratada, de atestado de capacidade técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;

4.6 - Requisitos Operacionais e Logísticos

- **Capacidade de Mobilização:** Diante da localização geográfica de difícil acesso (área rural e ribeirinha), é imprescindível que a empresa demonstre capacidade de mobilização de pessoal, materiais e equipamentos, inclusive com uso de transporte fluvial.
- **Disponibilidade de Equipamentos e Ferramentas:** A contratada deverá dispor ou ter acesso comprovado a equipamentos e ferramentas compatíveis com as atividades previstas no projeto executivo.
- **Fornecimento de Insumos:** A empresa será responsável pela aquisição e fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e demais elementos necessários para a conclusão da obra, conforme memorial descritivo e planilhas orçamentárias.

4.7 - Requisitos Legais e Administrativos

- **Regularidade Fiscal e Trabalhista:** A contratada deverá apresentar certidões negativas ou positivas com efeito de negativas relativas aos tributos federais, estaduais e municipais, bem como regularidade perante o FGTS e a Justiça do Trabalho.



Poder Executivo - Gestão 2025 - 2028
PREFEITURA MUNICIPAL
TARAUACÁ
UNIDOS POR UM NOVO TEMPO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Cel. Juvêncio de Menezes, 267 - Centro - 69970-000
Telefone/fax: 0(68) 3462-1589
semeack@hotmail.com



- **Garantia Contratual:** Poderá ser exigida garantia contratual, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, em até 5% do valor do contrato, para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas.
- **Segurança do Trabalho:** A empresa deverá cumprir integralmente as normas de segurança e saúde do trabalho (NRs), garantindo condições adequadas aos trabalhadores durante a execução da obra.
- **Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental:** As atividades deverão ser conduzidas com atenção às diretrizes de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social, minimizando impactos ambientais e promovendo a inclusão de mão de obra local, sempre que possível. A contratação observará os princípios da sustentabilidade, priorizando:
 - Redução de desperdícios na construção civil;
 - Uso eficiente de recursos e energia;
 - Previsão de coleta e destinação adequada de resíduos;
 - Estímulo à contratação de mão de obra local e inclusão produtiva.

4.8 - Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro Projeto Básico e/ou edital. Os padrões mínimos de qualidade exigidos serão apresentados no edital, os quais servirão de parâmetro para seleção da proposta mais vantajosa, obedecendo o rol de documentos vinculados no art. 68 a 70 da lei de licitações e contratos nº 14.133/2023 e outros pertinentes definidos no edital.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO - (ART. 18, § 1º, IV DA LEI 14.133/2021).

5.1 - A demanda prevista é resultado do programa de necessidades estabelecido pelo órgão demandante que resulta no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação.

5.2 - Cada etapa do projeto que irá ser construída foi pensada para atender as necessidades proposta do solicitante e no recurso disponível, trazendo benefícios aos usuários.

5.3 - O objeto ficou caracterizado da seguinte maneira:

5.3.1 - A área construída total será de 746,42 m², onde possuirá um bloco administrativo, um bloco de serviços, um bloco pedagógico e um pátio central.

Carlos J. S. [Assinatura]

[Assinatura]



5.4 - Os edifícios tipo Espaço Educativo Urbano e Rural de 04 Salas de Aula são térreos e possuem 4 blocos construídos, além da quadra coberta com vestiário. Os ambientes de cada bloco são acessados e se conectam pelo pátio coberto. Na área externa estão, o castelo d'água, a área de estacionamento e o bicicletário. Os blocos são compostos pelos seguintes ambientes:

Bloco Administrativo:

- Almoxarifado;
- Arquivo
- Circulação;
- Diretoria;
- Secretaria;
- Sala de professores;
- Sanitários adultos: masculino e feminino.

Bloco de Serviços:

- Área de Serviço;
- Área de recepção e pré-lavagem de alimentos.
- Área de Serviço externa:
- Central GLP;
- Depósito de lixo orgânico e reciclável;
- Circulação;
- Depósito;
- Despensa;
- Cozinha:
- Bancada de preparo de carnes;
- Bancada de preparo de legumes e verduras;
- Bancada de preparo de sucos, lanches e sobremesas;
- Bancada de lavagem de louças sujas;
- Área de Cocção;
- Balcão de passagem de alimentos prontos;
- Balcão de recepção de louças sujas;
- Vestiário masculino;
- Sanitário Feminino
- Sanitário Masculino

Bloco Pedagógico:

- Biblioteca / Informática
- Salas de Aula;
- Circulação



Carla
[Signature]



Pátio Coberto:

Espaço de integração entre diversas atividades e faixas etárias, onde se localiza o refeitório.

5.5 - As quantidades estimadas para os materiais, equipamentos e mão de obra necessários para a execução da obra foram cuidadosamente calculadas com base nos projetos elaborados.

5.6 - Dessa maneira, os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm como parâmetro a execução do objeto contratual, conforme planilha orçamentária e suas respectivas memórias de cálculo, em anexo.

5.7 - Levou-se em conta as diretrizes e especificações das necessidades serviço, bem como as melhores práticas da engenharia civil. Dessa forma, buscou-se garantir que todas as etapas da obra sejam planejadas de maneira eficiente e que os recursos necessários estejam devidamente dimensionados para atender às exigências da obra.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO - (ART. 18, § 1º, V DA LEI 14.133/2021).

6.1 - O levantamento de mercado para a execução dos serviços em epígrafe, não será considerado aqui neste estudo outras soluções, devido ser estabelecido já na Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021 a obrigatoriedade da forma como deve ocorrer esta solução.

Art. 6º - Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e **serviços comuns e especiais de engenharia**, cujo critério de julgamento poderá ser:

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
- c) técnica e preço;
- d) maior retorno econômico;
- e) maior desconto;

6.2 - Diante da planilha orçamentária apresentada, foram discriminados os valores unitários e totais estimados de todos os serviços que serão aplicados na contratação. A referência para os valores máximos aceitáveis será baseada na planilha orçamentária.

6.2 - Vale ressaltar que se trata de serviço de engenharia, a ser contratado mediante licitação, na modalidade de concorrência, em sua forma eletrônica.



6.3 - Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos da Lei nº 14.133/21, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas na lei que vedam sua aplicação.

6.4 - Sabe-se que as modalidades de licitação identificadas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, são classificadas em razão da natureza do objeto a ser licitado pela administração. Enquadrando-se o objeto como Obra e Serviços Comuns de Engenharia, devendo, portanto, ser aplicada a modalidade Concorrência Eletrônica.

6.5 - Devendo ser realizado levantamento de mercado através de Tabelas Oficiais na Elaboração do Projeto Básico, de acordo com as normas do CREA e CONFEA, levantamento em conta as soluções aplicadas no âmbito público regional.

6.6 - Assim a estimativa foi extraída de fontes como tabelas oficiais registradas por órgãos Federais e/ou do Governo do Estado, que dão origem as planilhas orçamentárias dos serviços em geral. Nessa toada o mercado se mobiliza em razão disso, pois as administrações se utilizam dos orçamentos elaborados para deflagrarem as contratações almejadas. Diante disso, podemos verificar que a contratação por meio de licitação se enquadra em razão do valor disposto no orçamento básico composto das tabelas de preços existente no mercado, sendo a forma utilizada pelos órgãos públicos.

6.7- Entretanto, conforme os valores estimados do projeto executivo elaborado para a contratação pretendida, e de acordo com a natureza do objeto enquadra-se na modalidade concorrência, devendo ser respeitado o prazo mínimo de publicação do edital de 10 (dez) dias úteis por tratar-se de Obras e Serviços Comuns de Engenharia, nos termos do inciso I.

6.8 - Entre os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 encontra-se o do planejamento. O mesmo Diploma Legal prevê que a primeira etapa do planejamento é o estudo técnico preliminar - ETP. Com isso, cabe a esse estudo orientar a futura contratação

6.9 - Tendo em vista a natureza do objeto, há no mercado Nacional diversas empresas de engenharia para realização de Obras e Serviços, o que possibilita ampla concorrência e vantagens a Administração Pública, propiciando transparência e legalidade para requerida contratação

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - (ART. 18, § 1º, VI DA LEI 14.133/2021).

7.1 - A estimativa de preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados no projeto básico e com os preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, que é a referência principal para a elaboração de orçamentos de obras em geral, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil. Tal sistema de custos da construção civil é disponibilizado pela Caixa Econômica Federal em seu sítio eletrônico. Na falta da composição referenciada pela Tabela SINAPI, deverá conter a pesquisa de preços, conforme citado no Art. 41, §1º, do Decreto nº 129, de 26 de dezembro de 2023.

7.2 - Com isso, baseado no orçamento aprovado, o valor estimado para esta obra é de R\$ **R\$ 1.088.346,43** (Um milhão, oitenta e oito mil, trezentos e quarenta e seis reais e quarenta e três centavos).

Descrição	Unidade/Serviço	Referência	Valor Total
Execução dos Serviços Remanescentes para Conclusão da Escola Padrão FNDE - 04 salas, localizada no Alto Rio Tarauacá, Comunidade Pacujá, no Município de Tarauacá/AC, em atendimento ao Termo de Compromisso nº 31486/2014, celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e a Prefeitura de Tarauacá, no âmbito do programa de repactuação de obras paralisadas.	Obra/serviço de Engenharia	REF. 01: SINAPI - 005/2025	R\$ 1.088.346,43



Carles
[Signature]



Poder Executivo - Gestão 2025 - 2028
**PREFEITURA MUNICIPAL
TARAUACÁ**
UNIDOS POR UM NOVO TEMPO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Cel. Juvêncio de Menezes, 267 - Centro - 69970-000

Telefone/fax: 0(68) 3462-1589

semeactk@hotmail.com



PREFEITURA DE TARAUACÁ
CNPJ: 34.693.564/0001-76



Obra:
Construção Escola 6 Salas - Padrão FNDE - Comunidade Gregório

Bancos:
SINAPI - 12/2024 - Acre
BBG - 02/2025 - Acre

B.D.I.
23,82%

Encargos Sociais
Desonerado:
Horista: 65,72%
Mensalista: 46,93%

Planilha Orçamentária Resumida		
Item	Descrição	Total
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	30.852,04
2	SUPERESTRUTURA	37.196,62
3	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	49.677,09
4	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E TELEFÔNICAS (385/220V)	106.837,02
5	PAREDES E PAINÉIS	28.062,11
6	ESQUADRIAS	72.661,79
7	COBERTURA	164.391,38
8	REVESTIMENTO	162.804,87
9	PAVIMENTAÇÃO	101.830,81
10	SOLARES E RODAPÉS	7.231,77
11	PINTURA	104.983,14
12	ELEMENTOS DECORATIVOS E OUTROS	122.996,54
13	INSTALAÇÕES DE REDE LÓGICA	5.745,70
14	PORTAL DE ACESSO	10.043,66
15	SERVIÇOS FINAIS	1.979,42
Total sem BDI		805.037,51
Total do BDI		191.651,05
Total Geral		996.688,56

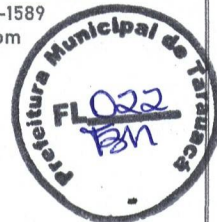
IMAGEM 04 – RESUMO DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

8 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO - (ART. 18, § 1º, VII DA LEI 14.133/2021).

8.1 – A contratação destina-se a execução de obra do tipo convencional, com elementos que foram definidos em projeto básico que previram todos os serviços preliminares e demais serviços. Após levantamentos verificou-se que os serviços a serem contratados serão pautados nos seguintes serviços:

- ✓ Item 01 – Serviços Preliminares;
- ✓ Item 02 – Concreto;
- ✓ Item 03 – Instalações Hidrossanitárias;
- ✓ Item 04 – Instalações Elétricas e Telefônicas;
- ✓ Item 05 – Paredes e Painéis;
- ✓ Item 06 – Esquadrias;
- ✓ Item 07 – Cobertura;
- ✓ Item 08 – Revestimento;
- ✓ Item 09 – Pavimentação;
- ✓ Item 10 – Soleiras e Rodapés;
- ✓ Item 11 – Pintura;
- ✓ Item 12 – Elementos decorativos e outros;

Carlo J. C. Jurey



- ✓ Item 13 – Instalação de Rede Lógica;
- ✓ Item 14 – Portal de acesso;
- ✓ Item 15 – Serviços Finais.

8.2 – Vale ressaltar que no memorial descritivo, como parte integrante de um projeto executivo, tem a finalidade de caracterizar criteriosamente todos os materiais e componentes envolvidos, bem como toda a sistemática construtiva utilizada. Tal documento relata e define integralmente o projeto executivo e suas particularidades.

8.3 - Constam do presente memorial descritivo a descrição dos elementos constituintes do projeto arquitetônico, com suas respectivas sequências executivas e especificações. Constam também do Memorial a citação de leis, normas, decretos, regulamentos, portarias, códigos referentes à construção civil, emitidos por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, ou por concessionárias de serviços públicos.

8.4 - As intervenções deverão manter o padrão de qualidade existente e apresentar a melhor prática executiva, com elementos que apresente vantagens para a contratação e com a caracterização devidamente detalhada no Projeto Básico, Memorial descritivo dos Serviços, Cronograma físico financeiro, planilha orçamentária, edital e seus anexos.

8.5 - Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a **execução indireta, através de empreitada por preço unitário.**

Modalidade da Licitação: Concorrência Eletrônica;

Regime de Contratação: Empreitada por Preço Unitário;

Forma: Eletrônica;

Modo de Disputa: aberto;

Critério de julgamento: Menor preço;

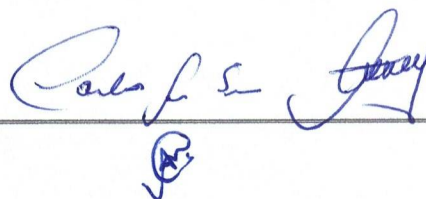
Tipo de Serviço: Serviço Comum de Obras e Serviços de Engenharia;

Tipo de Obra: Construção

Data Base do Orçamento: SINAPI – 05/2025.

8.6 - Nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/21, a concorrência enquanto modalidade de Concorrência Eletrônica para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, poderá ter como critério de julgamento os seguintes:

- menor preço;
- melhor técnica ou conteúdo artístico;
- técnica e preço;
- maior retorno econômico;





- maior desconto;

8.7 - Diante das possibilidades apresentadas pelo regramento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço. A escolha do tipo “Menor Preço Por Preço Unitário” se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso à Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquela de menor, dentro das especificações constantes, gerando com isso, economia aos cofres públicos.

8.8 - Fica o objeto definido como Contratação de Empresa de Engenharia para Execução dos Serviços Remanescentes para Conclusão da Escola Padrão FNDE – 04 salas, localizada no Alto Rio Tarauacá, Comunidade Pacujá, no Município de Tarauacá/AC, em atendimento ao Termo de Compromisso nº 31486/2014, celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e a Prefeitura de Tarauacá, no âmbito do programa de repactuação de obras paralisadas.

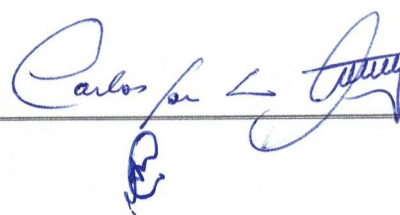
8.9 - No Espaço Educativo Urbano e Rural de 04 Salas de Aula, o dimensionamento dos ambientes atende, sempre que possível, as recomendações técnicas do FNDE. A técnica construtiva adotada é simples, possibilitando a construção do edifício escolar em qualquer região do Brasil, adotando materiais facilmente encontrados no comércio e não necessitando de mão-de-obra especializada.

8.10 - Quando houver divergências entre estas especificações, os projetos apresentados e outros documentos apresentados deverão ser seguidos à ordem de prevalência:

- As normas técnicas prevalecem sobre as especificações técnicas e projetos apresentados;
- As cotas apresentadas prevalecem sobre as dimensões, medidas em escala;
- Os desenhos de maior escala prevalecem sobre os de menor escala;
- Os desenhos de datas mais recentes prevalecem sobre os de datas mais antigas.

9 – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO - (ART. 18, § 1º, VIII DA LEI 14.133/2021).

9.1 - O parcelamento da solução não é recomendável, do ponto de vista da eficiência técnica, considerando que o gerenciamento da obra permanecerá sobre a gestão de um único contratado,





Poder Executivo - Gestão 2025 - 2028

**PREFEITURA MUNICIPAL
TARAUACÁ**
UNIDOS POR UM NOVO TEMPO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Rua Cel. Juvêncio de Menezes, 267 - Centro - 69970-000

Telefone/fax: 0(68) 3462-1589

semeactk@hotmail.com



resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da Administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

9.2 - Para execução deste tipo de objeto, ainda que exista viabilidade técnica na divisão dos serviços, que em sua grande maioria são independentes, o eventual o atraso em uma etapa construtiva poderá implicar em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e da entrega da obra.

9.3 - Entende-se também que não há viabilidade econômica, uma vez que a tendência é que o custo seja reduzido para obras maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro. A divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas de mesmo ramo de atividade, além de indicar o fracionamento do objeto.

9.4 - Então, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração ou por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

10 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS - (ART. 18, § 1º, IX DA LEI 14.133/2021).

10.1 - Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

10.2 - Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

10.3 - A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

11 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO - (ART. 18, § 1º, X DA LEI 14.133/2021).

11.1 - A Administração indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato: Providências que serão necessárias pela Administração para iniciar a execução do objeto:

Página 15 de 18

Tarauacá-AC. CEP: 69.970.000- e-mail: semecompras2025@gmail.com

Carla
[Signature]
[Signature]



Definir local de canteiro de obra. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a) elaboração de minuta do edital;
- b) realização de certificação de disponibilidade orçamentária;
- c) designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso);
- d) elaboração de minuta do contrato;
- e) encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- g) publicação e divulgação do edital e anexos;
- h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- i) realização do certame, com suas respectivas etapas;
- j) realização de empenho; e assinatura e publicação do contrato.

12 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES (ART. 18, § 1º, XI DA LEI 14.133/2021).

12.1 - Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações correlatas para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

13 – IMPACTOS AMBIENTAIS - (ART. 18, § 1º, XII DA LEI 14.133/2021).

13.1 - O procedimento para contratações públicas busca sempre o melhor para o interesse público. Tal conceito vai além do mero cotejo de menores preços, para analisar os benefícios do processo torna-se necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:

- a) a observância de normas e critérios de sustentabilidade;
- b) o emprego apurado dos recursos públicos;
- c) conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- d) uso de agregados reciclados, sempre que existir a oferta;
- e) remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos;
- f) observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas como INMETRO e ABNT.



13.2 - Em seu art. 45, a Lei Federal nº 14.133, de 2021, determina que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obra contratada.

13.3 - Na mesma interpretação, a Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

13.4 - Sob esse viés normativo, a contratação pretendida neste Estudo Técnico Preliminar caracteriza-se com obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá a futura contratada empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais.

13.5 - Tal entendimento consta do art. 6º, inciso XXV da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que dispõe que deve, o Projeto Básico, conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, de modo que assegure o tratamento apropriado do impacto ambiental.

13.6 - Diante disso, na execução da obra, deverão a contratante e a contratada proceder com a observância das normas de proteção ambiental, cabendo à Administração a fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a contratada o respeito às leis ambientais na consecução da obra.

13.7 - A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos.

14 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO - (ART. 18, § 1º, XIII DA LEI 14.133/2021).

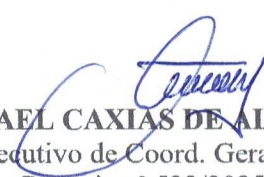
14.1 - Com os estudos, análises, demonstrativos realizados e aqueles juntados ao presente ETP, ficou, de maneira detalhada e comprovada a adequação da obra pretendida, no atendimento ao interesse social envolvido, bem como, restará atendido o interesse público e a perspectiva legislação. Há equipe técnica, nos diversos setores da Administração, para dar encaminhamento às atividades de contratação e execução, com os adequados procedimentos de gestão contratual e fiscalização técnica do objeto.

14.2 - Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade caracterizados neste instrumento.


15.3 - Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

Tarauacá, 21 de julho de 2025.

Elaborado por:




ABIMAEEL CAXIAS DE ALMEIDA
Sec. Executivo de Coord. Geral - SEME
Portaria nº 523/2025



ANA CAROLINE PORCEL RIBEIRO MAIA
Assessora Técnica de Engenharia
Portaria nº 202/2025
Eng. Civil - CREA / 21.656-D / AC

Aprovado por:



CARLOS GOMES DE SOUSA
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº 010/2025





ANÁLISE / MAPA DE RISCOS – OBRAS DE ENGENHARIA	
DADOS DO PROCESSO	
Objeto	Contratação de Empresa de Engenharia para Execução dos Serviços Remanescentes para Conclusão da Escola Padrão FNDE – 04 salas, localizada no Alto Rio Tarauacá, Comunidade Pacujá, no Município de Tarauacá/AC, em atendimento ao Termo de Compromisso nº 31486/2014, celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e a Prefeitura de Tarauacá, no âmbito do programa de repactuação de obras paralisadas.
Convênio/Contrato Repasse/Termo Compromisso	Termo de Compromisso nº 31486/2014
Localização da Obra	A obra será executada na localizanda no Alto Rio Tarauacá, Comunidade Pacujá, no Município de Tarauacá/AC
Fase de Análise:	Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
	Gestão do Contrato

1. INTRODUÇÃO

1.1. A execução de um projeto, se torna mais fácil e com maiores probabilidades de sucesso quando é planejado e gerenciado. O planejamento definirá precisamente o propósito, o custo e o prazo do projeto, estabelecendo metas e possibilitando a execução concisa e assertiva onde se mantém controle sobre o projeto, enquanto o gerenciamento irá garantir que o planejamento seja executado. Todavia, nenhuma organização está livre da ocorrência de fatores internos e externos, que podem influenciar positiva ou negativamente o sucesso do projeto, tais influências podem ser definidas como riscos. Embora a ocorrência dos fatores de risco seja comum, é a percepção da sua importância que faz com que, alguma medida de precaução ou correção, seja tomada.

2. MAPEANDO OS RISCOS

2.1 - De acordo com o PMI - Project Management Institute ou, traduzindo, Instituto de Gerenciamento de Projetos, assumir riscos está relacionado com ser ousado ao realizar alguma atividade. Dessa forma, ao juntar os dois sentidos de risco, pode-se defini-lo como sendo o conjunto de incertezas encontradas quando ousa-se fazer algo, e não apenas como problema. Quando não tratados, os riscos têm potencial para desviar o projeto da sua diretriz e impedir que alcance os objetivos definidos do projeto. Ameaças não administradas podem resultar em questões ou problemas como atrasos, estouros de orçamento, desempenho insuficiente ou perda de reputação. Em contrapartida, as oportunidades aproveitadas podem trazer benefícios como redução de tempo e custo, melhor desempenho ou reputação.

2.2 - Foram analisadas as possíveis fontes de risco para o projeto em tela, que englobam desde a definição de escopo do projeto até a conclusão e entrega da obra. Assim, foi possível organizar os riscos, separando-os em riscos de contratação e de execução.

2.2.1 - Riscos de Contratação:

- 2.2.1.1 Impugnações do Edital de licitação, por motivos diversos, principalmente os relacionados a erros de projetos e/ou orçamento estimativo;
- 2.2.1.2 O certame licitatório restar deserto, caso nenhuma empresa se interesse por sua execução ou fracassado, caso nenhuma das propostas apresentadas estejam dentro dos parâmetros estimados pela Administração;
- 3.1.1.3 A empresa vencedora do certame quando convocada, não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente
- 3.1.1.4 Atrasos na assinatura do contrato ou na entrega das garantias contratuais.

2.3.1 - Riscos na Execução:

- 2.3.1.1 Quantitativos insuficientes para execução dos serviços.
- 2.3.1.2 - Execução dos serviços com qualidade abaixo da especificada na contratação e/ou em desacordo com normas técnicas e legislações vigentes;
- 2.3.1.3 Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS pela Contratada;
- 2.3.1.4 Ocorrência de acidentes de trabalho durante a execução dos serviços;
- 2.3.1.5 Risco de inadimplência da Contratante;
- 2.3.1.6 Rescisão ou anulação do contrato, por culpa da Contratada.

3. MATRIZ DE RISCO

3.1 - A matriz de risco é o instrumento que define a repartição objetiva de responsabilidades advindas de eventos supervenientes à contratação. Trata-se de, na fase do planejamento, tentar prever os fatos que, se virem a ocorrer, possam desequilibrar econômica e financeiramente o contrato, definindo antecipadamente as responsabilidades das partes. A matriz de riscos deverá estabelecer a responsabilidade que seja cabível a cada uma das partes contratantes, assim como os mecanismos que afastem a ocorrência do sinistro e mitiguem os seus efeitos, caso estes venham a ocorrer durante a execução contratual.

3.2 - A matriz de riscos corresponderá à definição de cláusula contratual em que sejam estabelecidos os riscos com sua devida atribuição de responsabilidades às partes, Administração e contratada. Para tanto segue as definições:

- I - Probabilidade: chance de algo acontecer, não importando se definida, medida ou determinada objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, ou se descrita utilizando-se termos gerais ou matemáticos.
- II - Impacto: resultado de um evento que afeta os objetivos.
- III - Nível de Risco: magnitude de um risco ou combinação de riscos, expressa em termos da combinação das consequências e de suas probabilidades;



Carla J. L.

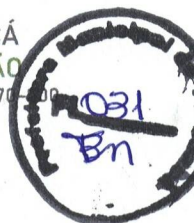


ESCALA DE PROBABILIDADE		
NÍVEL	DESCRIPTOR	DESCRIÇÃO
1	BAIXA	Evento casual e inesperado, muito embora raro, há histórico de sua ocorrência
2	MÉDIA	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido
3	ALTA	Evento repetitivo e constante.
ESCALA DE RISCO		
NÍVEL	DESCRIPTOR	DESCRIÇÃO
1	BAIXA	Impacto mínimo nos objetivos.
2	MÉDIA	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação
3	ALTA	Impacto máximo nos objetivos, com ou sem possibilidade de recuperação.

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

RISCO 01		DIFICULDADE DE ACESSO AO LOCAL (ACESSO FLUVIAL, SAZONALIDADE)	
PROBABILIDADE		ALTA	
IMPACTO		ALTA	
NÍVEL DE RISCO		ALTA	
FASE DO PROCESSO		Acesso ao local	
ALOCÇÃO DO RISCO		Contratada	
DANOS		Possibilidade de impugnações do edital por ausência de previsão logística adequada; risco de não comparecimento de licitantes (certame deserto ou fracassado); atraso na execução contratual.	
AÇÕES PREVENTIVAS/SETOR RESPONSÁVEL		Incluir no Termo de Referência exigência de logística compatível com o transporte fluvial e execução em período seco; prever prazo realista no cronograma.	Setor de Engenharia Secretaria Municipal de Educação
AÇÕES CONTIGÊNCIA/SETOR RESPONSÁVEL		DE Em caso de impugnação ou certame fracassado, republicação do edital com ajustes no cronograma, exigências técnicas e logísticas.	Secretaria Mun. de Educação Comissão de Contratação

Carlos J. L.



RISCO 02	DEFINIÇÃO DE EXIGÊNCIAS DESNECESSÁRIAS, DE CARÁTER RESTRITIVO NO EDITAL, ESPECIALMENTE NO QUE DIZ RESPEITO À CAPACITAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL E TÉCNICO OPERACIONAL DA EMPRESA.	
PROBABILIDADE	BAIXA	
IMPACTO	MÉDIO	
NÍVEL DE RISCO	BAIXO	
FASE DO PROCESSO	Elaboração do Termo de Referência	
ALOCACÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Possibilidade de impugnações do edital na fase de seleção do fornecedor ou o certame restar deserto ou fracassado.	
AÇÕES PREVENTIVAS/SETOR RESPONSÁVEL	Observar o que dispõe o artigo 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021, no que se refere às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.	Setor de Engenharia Secretaria Municipal de Saúde
AÇÕES CONTIGÊNCIA/SETOR RESPONSÁVEL	DE Em caso de impugnação, republicação do certame, com a revisão dos itens de qualificação técnica.	Secretaria Mun. de Saúde Comissão de Contratação
RISCO 03	ESTIMATIVA DE PREÇO EM DESACORDO COM OS PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO	
PROBABILIDADE	MÉDIO	
IMPACTO	ALTO	
NÍVEL DE RISCO	ALTO	
FASE DO PROCESSO	Elaboração do Orçamento	
ALOCACÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Possibilidade de impugnações do edital na fase de seleção do fornecedor ou o certame restar deserto ou fracassado.	
AÇÕES PREVENTIVAS/SETOR RESPONSÁVEL	Realizar adequada pesquisa de mercado, através da pesquisa de preço atual pela tabela SINAPI, SICRO ou outra que venha ser substituída e nova cotações com fornecedores locais.	Setor de Engenharia Secretaria Municipal de Saúde
AÇÕES CONTIGÊNCIA/SETOR RESPONSÁVEL	DE Proceder com a apuração de eventuais equívocos na orçamentação e, caso não verificados os equívocos e não existirem interessados na licitação (deserta), avaliar a possibilidade de proceder à contratação direta por dispensa de licitação ou a revisão dos itens de qualificação técnica.	Secretaria Mun. de Saúde Comissão de Contratação
RISCO 04	IMPUGNAÇÕES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, POR MOTIVOS DIVERSOS, PRINCIPALMENTE OS RELACIONADOS A ERROS DE PROJETOS E/OU ORÇAMENTO ESTIMATIVO	
PROBABILIDADE	BAIXA	

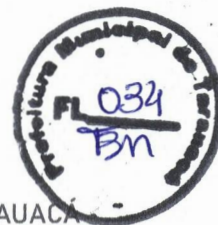
Carla for L



IMPACTO	MÉDIO	
NÍVEL DE RISCO	BAIXO	
FASE DO PROCESSO	Seleção do Fornecedor	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Atrasos para início e, consequentemente, para a entrega da obra	
AÇÕES PREVENTIVAS/SETOR RESPONSÁVEL	Revisão dos projetos e orçamento, de preferência por profissionais diversos daqueles responsáveis pela sua elaboração.	Contratante
AÇÕES DE CONTIGÊNCIA/SETOR RESPONSÁVEL	DE Em casos de impugnações por erros nos documentos técnicos, solicitar aos responsáveis técnicos que procedam com as correções.	Contratante
	Republicação do Edital, com a reabertura da contagem de prazos	Comissão de Contratação
RISCO 05	O CERTAME LICITATÓRIO RESTAR DESERTO, CASO NENHUMA EMPRESA SE INTERESSE POR SUA EXECUÇÃO OU FRACASSADO, CASO NENHUMA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS ESTEJAM DENTRO DOS PARÂMETROS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO;	
PROBABILIDADE	BAIXA	
IMPACTO	ALTO	
NÍVEL DE RISCO	BAIXO	
FASE DO PROCESSO DE	Seleção do Fornecedor	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Necessidade da republicação da licitação	
AÇÕES PREVENTIVAS/SETOR RESPONSÁVEL	Correto planejamento das exigências postas para a contratação.	Contratante
AÇÕES DE CONTIGÊNCIA/SETOR RESPONSÁVEL	Verificar junto às empresas do ramo de atividade quais seriam os motivos do desinteresse pelo serviço no caso da licitação deserta ou revisão dos valores estimados no caso de licitação fracassada para uma possível repetição do certame.	Contratante
RISCO 06	A EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME QUANDO CONVOCADA, NÃO ASSINAR O TERMO DE CONTRATO OU NÃO ACEITAR OU RETIRAR O INSTRUMENTO EQUIVALENTE	
PROBABILIDADE	BAIXA	
IMPACTO	ALTO	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIO	
FASE DO PROCESSO DE	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Atrasos para início e, consequentemente, entrega da obra.	

Colado

AÇÕES PREVENTIVAS/SETOR RESPONSÁVEL	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, sanções que contemplem esta situação.	Contratante
	Observar o prazo de validade da proposta apresentada na fase de licitação e enviar o contrato para assinatura dentro do prazo de vigência da proposta.	Comissão de Contratação
AÇÕES DE CONTIGÊNCIA/SETOR RESPONSÁVEL	Convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.	Comissão de Contratação
	Aplicar as sanções previstas na contratação.	Contratante
RISCO 07		
ATRASOS NA ASSINATURA DO CONTRATO OU NA ENTREGA DAS GARANTIAS CONTRATUAIS		
PROBABILIDADE	MÉDIA	
IMPACTO	BAIXO	
NÍVEL DE RISCO	BAIXO	
FASE DO PROCESSO DE	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Atrasos para início e, conseqüentemente, entrega da obra.	
AÇÕES PREVENTIVAS/SETOR RESPONSÁVEL	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, sanções que contemplem esta situação.	Contratante
	Observar os prazos previstos para entrega do contrato assinado e das garantias contratuais e acompanhar a entrega, notificando a contratada caso seja verificada a ocorrência de atrasos.	Setor de Contratos
AÇÕES DE CONTIGÊNCIA/SETOR RESPONSÁVEL	Aplicar as sanções previstas na contratação.	Contratante
RISCO 08		
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS COM QUALIDADE ABAIXO DA ESPECIFICADA NA CONTRATAÇÃO E/OU EM DESACORDO COM NORMAS TÉCNICAS E LEGISLAÇÕES VIGENTES		
PROBABILIDADE	MÉDIA	
IMPACTO	ALTO	
NÍVEL DE RISCO	ALTO	
FASE DO PROCESSO DE	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Alteração dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da obra	
	Atrasos para conclusão da obra decorrentes da necessidade de refazimento de serviços	
AÇÕES PREVENTIVAS/SETOR RESPONSÁVEL	Fiscalizar continuamente a execução dos serviços, realizando visitas in loco.	Fiscalização
	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, sanções que contemplem esta situação.	Contratante



AÇÕES DE CONTIGÊNCIA/SETOR RESPONSÁVEL	Notificar prontamente a Contratada sempre que verificada a necessidade de correção de algum serviço já executado.	Fiscalização e Gestão de Contratos
	Aplicação das sanções previstas na contratação.	Contratante

RISCO 09	DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E COM FGTS PELA CONTRATADA	
PROBABILIDADE	MÉDIA	
IMPACTO	ALTO	
NÍVEL DE RISCO	ALTO	
FASE DO PROCESSO DE ALOCAÇÃO DO RISCO	Execução Contratual	
DANOS	Prejuízo aos trabalhadores alocados na execução do objeto. Possibilidade de demandas judiciais trabalhistas contra a Contratante.	
AÇÕES PREVENTIVAS/SETOR RESPONSÁVEL	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, a responsabilidade exclusiva da Contratada sobre o pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS e prever sanções que contemplem a situação	Contratante
	Acompanhar a execução do contrato, solicitando os documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS pela Contratada.	Gestor do Contrato
AÇÕES DE CONTIGÊNCIA/SETOR RESPONSÁVEL	Notificar prontamente a Contratada sempre que verificada a irregularidade fiscal.	Gestor do Contrato
	Aplicação das sanções previstas na contratação.	Contratante

RISCO 10	OCORRÊNCIA DE ACIDENTES DE TRABALHO DURANTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	
PROBABILIDADE	BAIXA	
IMPACTO	MÉDIO	
NÍVEL DE RISCO	BAIXO	
FASE DO PROCESSO DE ALOCAÇÃO DO RISCO	Execução Contratual	
DANOS	Prejuízos ao trabalhador com a ocorrência de lesão corporal ou perturbação funcional que causa a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho Onerar o contrato com a possibilidade de pagamento de indenizações.	
AÇÕES PREVENTIVAS/SETOR RESPONSÁVEL	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que a Contratada deverá responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços.	Contratante

Carlos J. L.



Poder Executivo - Gestão 2025 - 2028

PREFEITURA MUNICIPAL

TARAUACA

UNIDOS POR UM NOVO TEMPO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Cel. Juvêncio de Menezes, 267 - Centro - 69970-000

Telefone/fax: 0(68) 3462-1589

semeactk@hotmail.com



	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que a Contratada deverá cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança no Trabalho.	Contratante
AÇÕES DE CONTIGÊNCIA/SETOR RESPONSÁVEL	Notificar a Contratada, caso sejam verificadas irregularidades em relação às normas de segurança no trabalho.	Fiscalização e Gestor do Contrato
	Em caso de acidentes, solicitar que a Contratada realize os procedimentos administrativos necessários junto aos órgãos competentes e encaminhe à fiscalização a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) registrada junto à Previdência Social	Fiscalização e Gestor do Contrato
RISCO 11	CONDIÇÕES CLIMÁTICAS ADVERSAS (CHEIAS, CHUVAS)	
PROBABILIDADE	MÉDIA	
IMPACTO	MÉDIA	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIA	
FASE DO PROCESSO	Execução contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratada / Contratante	
DANOS	Interrupção da obra, prejuízo no cronograma físico-financeiro, necessidade de aditamento contratual ou reprogramação.	
AÇÕES PREVENTIVAS/SETOR RESPONSÁVEL	Programar a execução para períodos de menor incidência de chuvas; incluir margem de segurança no cronograma físico.	Sector de Engenharia Secretaria Municipal de Educação
AÇÕES DE CONTIGÊNCIA/SETOR RESPONSÁVEL	Ajustar o cronograma de execução; renegociar prazos contratuais ou firmar aditivos temporais.	Sector de Engenharia Fiscalização do Contrato
RISCO 12	RISCO DE INADIMPLÊNCIA DA CONTRATADA	
PROBABILIDADE	BAIXA	
IMPACTO	ALTO	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIO	
FASE DO PROCESSO DE	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Em caso de atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela Administração, o Contratado poderá optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação. Atrasos para entrega da obra.	
AÇÕES PREVENTIVAS/SETOR RESPONSÁVEL	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que a Contratada arcará com os prejuízos advindos de chuvas ocorridas dentro das médias históricas dos últimos 12	Contratante

Carlos Juvêncio de Menezes

	meses, sendo justificável atrasos na execução da obra somente se registradas chuvas acima da média histórica.	
	Licitação da obra somente com a garantia da disponibilidade do recurso orçamentário, indicada pelo setor competente.	Contratante
AÇÕES DE CONTIGÊNCIA/SETOR RESPONSÁVEL	Em caso de dificuldades no repasse de recursos orçamentários, planejamento dos pagamentos para evitar a suspensão da execução da obra pela Contratada.	Contratante

RISCO 13	RISCO DE INADIMPLÊNCIA DA CONTRATANTE	
PROBABILIDADE	BAIXA	
IMPACTO	ALTO	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIO	
FASE DO PROCESSO DE	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Atrasos para entrega da obra. Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da obra	
AÇÕES PREVENTIVAS/SETOR RESPONSÁVEL	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, sanções que contemplem esta situação.	Contratante
	Instaurar processo para aplicação das penalidades à Contratada	Contratante
AÇÕES DE CONTIGÊNCIA/SETOR RESPONSÁVEL	Realizar a contratação do remanescente da obra	Contratante
RISCO 14	INADIMPLEMENTO DA EMPRESA CONTRATADA	
PROBABILIDADE	BAIXA	
IMPACTO	ALTO	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIA	
FASE DO PROCESSO	Execução contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratada	
DANOS	Paralisação dos serviços; necessidade de rescisão contratual; prejuízo à continuidade da obra; responsabilidade subsidiária do ente contratante.	
AÇÕES PREVENTIVAS/SETOR RESPONSÁVEL	Exigir garantia contratual (art. 96 da Lei 14.133/2021); avaliar rigorosamente a documentação técnica e fiscal na habilitação.	Comissão de Contratação Setor Jurídico
AÇÕES DE CONTIGÊNCIA/SETOR RESPONSÁVEL	Aplicar sanções previstas no contrato; executar garantias; instaurar novo procedimento licitatório emergencial ou ordinário	Fiscalização do Contrato Secretaria de Educação Setor Jurídico
RISCO 15	FALTA DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA NA REGIÃO	
PROBABILIDADE	MÉDIA	





IMPACTO	MÉDIA	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIA	
FASE DO PROCESSO	Execução contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratada	
DANOS	Redução da qualidade dos serviços prestados; necessidade de importação de mão de obra de outras localidades, gerando aumento de custo e prazo.	
AÇÕES PREVENTIVAS/SETOR RESPONSÁVEL	Incentivar a capacitação de profissionais locais; permitir composição mista de equipes locais e externas na proposta técnica.	Secretaria de Educação Secretaria de Obras
AÇÕES DE CONTIGÊNCIA/SETOR RESPONSÁVEL	Readequar escopo e cronograma; permitir contratação externa de profissionais; firmar parcerias para formação emergencial.	Secretaria de Educação Setor de Engenharia
RISCO 16	AUMENTO IMPREVISTO NOS CUSTOS DE INSUMOS	
PROBABILIDADE	MÉDIA	
IMPACTO	MÉDIA	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIA	
FASE DO PROCESSO	Execução contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratada / Contratante	
DANOS	Desbalanceamento financeiro do contrato; necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro ou paralisação da obra por inviabilidade de execução.	
AÇÕES PREVENTIVAS/SETOR RESPONSÁVEL	Utilizar tabela SINAPI atualizada para orçamentação; prever cláusula de reequilíbrio econômico-financeiro no edital.	Secretaria de Educação Fiscalização do Contrato Setor de Engenharia Comissão de Contratação
AÇÕES DE CONTIGÊNCIA/SETOR RESPONSÁVEL	Solicitar reequilíbrio econômico-financeiro conforme Lei 14.133/2021; reprogramar execução de etapas.	Secretaria de Educação Setor de Engenharia Financeiro
RISCO 17	DESCONTINUIDADE NOS REPASSES FEDERAIS	
PROBABILIDADE	BAIXO	
IMPACTO	ALTO	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIA	
FASE DO PROCESSO	Execução financeira	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Suspensão da execução contratual por falta de recursos; necessidade de reprogramação orçamentária e eventual inadimplemento contratual.	
AÇÕES PREVENTIVAS/SETOR RESPONSÁVEL	Manter acompanhamento junto ao FNDE; prever cronograma de desembolso alinhado ao fluxo de repasses; assegurar contrapartida municipal	Secretaria de Educação Secretaria de Planejamento Financeiro

Carlo f L



Poder Executivo - Gestão 2025 - 2028

PREFEITURA MUNICIPAL
TARAUACA
UNIDOS POR UM NOVO TEMPO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Cel. Juvêncio de Menezes, 267 - Centro - 69970-000

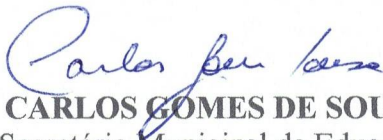
Telefone/fax: 0(68) 3462-1589

semeack@hotmail.com

AÇÕES DE CONTIGÊNCIA/SETOR RESPONSÁVEL	Buscar alternativas de financiamento (contrapartida local); firmar termos aditivos de reprogramação junto ao FNDE.	Secretaria de Educação Secretaria de Planejamento

Tarauacá - Acre, 21 de julho de 2025.

Responsável pela elaboração,


CARLOS GOMES DE SOUSA
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº 010/2025

